



CONCURSO PÚBLICO

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LINHAS DE
ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DE CASTELO BRANCO, IDANHA A NOVA, OLEIROS,
PENAMACOR, PROENÇA A NOVA E VILA VELHA DE RODÃO”

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Lote 1 –Ribeira de Almaceda (Castelo Branco) e Ribeiro do Enxarrique (Vila Velha de Ródão)

Lote 2 –Ribeira da Roda (Oleiros) e Rio Ocreza (Proença-a-Nova)

Lote 3 –Rio Ponsul (Idanha-a-Nova) Rio Bazágueda (Penamacor)

Deliberação:

Concorda-se com o teor e
aprova-se o presente Programa
de Procedimento.

6/8/2020

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE LINHAS DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DE CASTELO BRANCO, IDANHA A NOVA, OLEIROS, PENAMACOR, PROENÇA A NOVA E VILA VELHA DE RODÃO”

CONCURSO PÚBLICO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO
3. ANÚNCIO
4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS
6. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
8. PROPOSTAS VARIANTES
9. ENTREGA DAS PROPOSTAS
10. DISPONIBILIZAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS
11. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO
13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES
14. RELATÓRIO PRELIMINAR
15. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS
16. RELATÓRIO FINAL
17. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO
18. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
19. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO
20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
21. CAUÇÃO
22. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

- 23. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO
- 24. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO
- 25. DESPESAS
- 26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- 27. DADOS PESSOAIS

ANEXO I - DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO
(DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA SUBMISSÃO DO ATO DE PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

ANEXO III - LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

ANEXO V - MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

- 11** O presente Programa do Procedimento define os termos que regem a fase pré- contratual para celebração do contrato denominado “Aquisição de serviços de limpeza e desobstrução de linhas de água nos municípios de Castelo Branco, Idanha a Nova, Oleiros, Penamacor, Proença a Nova e Vila Velha de Rodão”.
- 12** O presente concurso público tem por objeto a contratação dos de serviços de limpeza e desobstrução de linhas de água nos municípios de Castelo Branco, Idanha a Nova, Oleiros, Penamacor, Proença a Nova e Vila Velha de Rodão”.
- 13** O contrato de aquisição de serviços compreende os seguintes lotes:
- Lote 1 – 58.088,45 EUR** (cinquenta e oito mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), sendo 29.000,00 EUR (vinte e nove mil euros) relativos à Intervenção na Ribeira de Almaceda (Castelo Branco) e 29.088,45 EUR (vinte e nove mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos) relativos à Intervenção no Ribeiro do Enxarrique (Vila Velha de Ródão);
- Lote 2 – 59.200,00 EUR** (cinquenta e nove mil e duzentos euros), sendo de 29.600,00 EUR (vinte e nove mil e seiscentos euros) relativos à Intervenção na Ribeira da Roda (Oleiros) e 29.600,00 EUR (vinte e nove mil e seiscentos euros) Intervenção relativos à Intervenção no Rio Ocreza (Proença-a-Nova);
- Lote 3 – 57.800.40 EUR** (cinquenta e sete mil e oitocentos euros e quarenta cêntimos), sendo 29.300,00 EUR (vinte e nove mil e trezentos euros) relativos à Intervenção no Rio Ponsul (Idanha-a-Nova) e 28.500,40 EUR (vinte e oito mil e quinhentos euros e quarenta cêntimos) relativos à Intervenção no Rio Bazágueda (Penamacor);
- 14** Os locais de execução do contrato estão inseridos na área da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, pelo que os trabalhos serão efetuados na área de abrangência dos municípios definidos em cada um dos lotes, nos termos e condições definidas nas especificações constantes no Anexo III do caderno de encargos.
- 15** A Entidade Adjudicante é a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, doravante designada por CIMBB, com sede na Praça Rainha D. Leonor, Edifício dos Emblemas, 1.º piso, 6000 – 117 Castelo Branco, na freguesia de Castelo Branco, do concelho de Castelo Branco, pessoa coletiva n.º 508 831 725 e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

Email: contratacao publica@cimbb.pt

Telefone: (351) 272 342 540

Fax: (351) 272 342 542

16 . A decisão de contratar, de acordo com o art.º 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho Executivo, em **06 de agosto de 2020**, no uso da competência que lhe é conferida Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho

2 PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO

21 O contrato vigorará pelo prazo de 3 meses, 90 dias, contado da data da sua outorga ou até à data em que o valor pago pela execução dos trabalhos perfaça o valor total estimado da proposta adjudicada para cada lote, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

22 A intenção de renovação operada pelo decurso do prazo será comunicada, por escrito, pela CIMBB ao adjudicatário, com a antecedência de até 30 (trinta) dias antes do termo do contrato ou da renovação a que respeite.

23 O preço base do procedimento é 175.088,85 EUR (cento e setenta e cinco mil e oitenta e oito euros e oitenta e cinco centimos), para o período máximo de execução contratual de 3 meses, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

24 Não obstante o preço base total fixado anteriormente são, também, fixados preços base para cada Lote, por período de vigência:

Lote 1 – 58.088,45 EUR (cinquenta e oito mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco centimos), sendo 29.000,00 EUR (vinte e nove mil euros) relativos à Intervenção na Ribeira de Almaceda (Castelo Branco) e 29.088,45 EUR (vinte e nove mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco centimos) relativos à Intervenção no Ribeiro do Enxarrique (Vila Velha de Ródão);

Lote 2 – 59.200,00 EUR (cinquenta e nove mil e duzentos euros), sendo de 29.600,00 EUR (vinte e nove mil e seiscentos euros) relativos à Intervenção na Ribeira da Roda (Oleiros) e 29.600,00 EUR (vinte e nove mil e seiscentos euros) relativos à Intervenção no Rio Ocreza (Proença-a-Nova);

Lote 3 – 57.800,40 EUR (cinquenta e sete mil e oitocentos euros e quarenta centimos), sendo 29.300,00 EUR (vinte e nove mil e trezentos euros) relativos à Intervenção no Rio Ponsul (Idanha-a-Nova) e 28.500,40 EUR (vinte e oito mil e quinhentos euros e quarenta centimos) relativos à Intervenção no Rio Bazágueda (Penamacor);

25 O parâmetro base fixado no preceito anterior representa o preço máximo que a CIMBB se dispõe a pagar pela aquisição objeto do contrato a celebrarem cada lote.

26 A violação do preço base de cada lote implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

27 Considera-se que o preço ou custo resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for igual ou inferior a 70 % (setenta por cento) do preço base fixado para cada lote, arredondado ao cêntimo.

3. ANÚNCIO

31 O anúncio do Concurso Público foi publicado no Diário da República

32 Incluído no ANEXO I do presente Programa do Procedimento, apresenta-se o documento comprovativo do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

41 O Procedimento do Concurso é constituído pelas seguintes peças:

- a) O Anúncio;
- b) O presente Programa do Procedimento;
- c) O Caderno de Encargos.

42 As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

43 Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 1.5, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

51 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito através da plataforma eletrónica indicada em 1.5 os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

52 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar,

expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que ppor eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

53 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas que corresponde a 07 dias o júri deve prestar os esclarecimentos solicitados e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

54 Os esclarecimentos bem como a pronúncia respeitante aos erros e omissões a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica referida em 1.5.

55 Os esclarecimentos prestados, as retificações e os erros e omissões aceites devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

56 Sempre que os esclarecimentos, desde que tenham sido apresentados com observância do prazo previsto no n.º 5.1, bem como as retificações das peças do procedimento, sejam comunicadas após o prazo previsto no n.º 5.3, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

57 A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.

58 Nos termos do n.º 5.6, quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República.

6. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

61 A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO III a este Programa. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CIMBB;
- c) Lista de preços unitários de todas as espécies de serviços previstos, elaborada em

conformidade com a lista de preços em ANEXO IV ao presente Programa, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;

A CIMBB disponibiliza o modelo de lista de preços também em ficheiro informático em formato "excel".

No caso de divergência entre a lista preenchida pelo Concorrente na plataforma eletrónica e o presente documento da proposta, prevalecerá este último.

- d) Declaração de Responsabilidade Social em conformidade com o modelo do ANEXO V deste Programa do Procedimento;
 - e) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no ANEXO VI deste Programa do Procedimento (Acordo Promessa de Constituição);
- 62 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- 63 Todos os documentos solicitados no n.º 6.1 devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 da citada previsão normativa.
- 64 De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP, quando a proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, todos os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 65 No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, em conformidade com a previsão normativa habilitante consagrada no n.º 4 do artigo 62.º do CCP.

7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

7.1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

72 Os documentos referidos non.º 6.2 que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos Concorrentes de Propostas Variantes.

9. ENTREGA DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.5, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, até às 23:59:00 do dia 10º dia a contar do envio para Diário da República.

10. DISPONIBILIZAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

A abertura e disponibilização das propostas ocorrerá a partir das 10 h do dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica referida no n.º1.5 deste Programa do Procedimento.

11. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se pode prorrogar sucessivamente por um período de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso do período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

121 O critério de adjudicação de cada um dos lotes é o da *proposta economicamente mais vantajosa*, na modalidade de *Avaliação do Preço* enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

122 Tendo em conta o indicado na alínea anterior, se ainda assim subsistir um empate, a hierarquização das propostas far-se-á tomando por referência, de forma sucessiva, até que se obtenha a diferenciação, os preços unitários propostos para a execução dos trabalhos compreendidos nos artigos seguintes, constantes da lista de preços unitários:

Lote 1 – 58.088,45 EUR (cinquenta e oito mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), sendo 29.000,00 EUR (vinte e nove mil euros) relativos à Intervenção na Ribeira de Alameda (Castelo Branco) e 29.088,45 EUR (vinte e nove mil e oitenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos) relativos à Intervenção no Ribeiro do Enxarrique (Vila Velha de Ródão);

Lote 2 – 59.200,00 EUR (cinquenta e nove mil e duzentos euros), sendo de 29.600,00 EUR (vinte

e nove mil e seiscentos euros) relativos à Intervenção na Ribeira da Roda (Oleiros) e 29.600,00 EUR (vinte e nove mil e seiscentos euros) relativos à Intervenção no Rio Ocreza (Proença-a-Nova);

Lote 3 – 57.800.40 EUR (cinquenta e sete mil e oitocentos euros e quarenta centimos), sendo 29.300,00 EUR (vinte e nove mil e trezentos euros) relativos à Intervenção no Rio Ponsul (Idanha-a-Nova) e 28.500,40 EUR (vinte e oito mil e quinhentos euros e quarenta centimos) relativos à Intervenção no Rio Bazágueda (Penamacor);

123 Nas situações em que se ordene em 1.º (primeiro) lugar mais do que uma proposta, realizar-se-á um sorteio, em invólucro fechado, para desempate daquelas, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados, via plataforma eletrónica indicada em 1.5, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias. A cada concorrente corresponderá a bola com o número de concorrente atribuído pela plataforma eletrónica. O Júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apenas ao processo de contratação e que será divulgada por todos os concorrentes.

13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES

131 O júri pode pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

132 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

133 O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

134 O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

135 Os pedidos formulados ao abrigo do n.º 14.1 e no n.º 14.3 bem como as respetivas respostas

são disponibilizados na plataforma eletrónica devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados do facto.

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

141 O Júri do Procedimento elabora um Relatório Preliminar fundamentado sobre a análise e avaliação das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no n.º 13.

142 No relatório mencionado no número anterior, o Júri do Procedimento fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

143 O Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do Procedimento, enviando-o a todos os Concorrentes para que estes, no prazo de 5 (cinco) dias se pronunciem, por escrito, sobre o seu teor.

15. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

151 São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

152 Constituem, ainda, motivo de exclusão das propostas, quando os documentos que as constituem não se encontrem todos assinados eletronicamente, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, conforme exigido nos n.º 6.3 a 6.5 do presente programa do procedimento.

16. RELATÓRIO FINAL

161 Decorrido o prazo de audiência prévia, o júri do Procedimento elabora um Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, que submete à apreciação e decisão da Entidade Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão das propostas.

162 No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º15.3.

17. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

171 Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores o, decisão de contratar procede à adjudicação.

172 Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

18. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

181 A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final da Análise e Avaliação das Propostas.

182 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para no prazo de 10 (dez) dias úteis:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º21.1;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada;
- d) Apresentar contrato de associação do agrupamento de empresas, se aplicável, em conformidade com a modalidade prevista na proposta adjudicada.

183 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica, ainda, o Adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis prestar caução, indicando expressamente o seu valor.

184 Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.5.

19. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

191 Não há lugar à adjudicação da aquisição de serviços nas seguintes situações:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças

do procedimento;

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ou do n.º 7 do artigo 5.º do Decreto-Lei 92/2013, de 11 de julho.

20. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

201 O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Os previstos no n.º 1 artigo 81.º do CCP;
- b) Certidão permanente atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa Adjudicatária emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou indicação do respetivo código que permita a sua consulta *on line*;

202 Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados de acordo com o artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos e da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

203 Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

204 Outros documentos a entregar pelo adjudicatário antes da celebração do contrato:

- a) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga eletrónica do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;
- b) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato;
- c) Cópia das apólices de seguro e das respetivas condições gerais e particulares, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos;
- d) Lista nominativa da equipa técnica a afetar à execução do contrato;
- e) No caso de agrupamento adjudicatário, o respetivo contrato de formalização.

205 Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada;

206 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare a respetiva prevalência sobre os originais.

207 Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º

1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

21. CAUÇÃO

22 Não será exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP.

23. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

231 Simultaneamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.

232 A notificação da minuta do contrato a celebrar deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.

233 Juntamente com a notificação da minuta do contrato a celebrar o órgão competente para a decisão de contratar solicita ao Adjudicatário a indicação da lista nominativa da equipa técnica a afetar à execução do contrato.

234 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

235 As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

236 No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

237 Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

24. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

241 Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP e no presente programa do procedimento, bem como as que resultem de outra legislação aplicável, a adjudicação caduca se ocorrerem circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

242 Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação do documento

exigido na alínea d) do n.º 19.2, se aplicável.

243 Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas nos números anteriores respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

244 O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

25. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

251 O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do CCP;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução;
- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

252 A Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato, quando a assinatura for presencial.

253 No caso de assinatura por meios eletrónicos, a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

254 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato ou, no caso de assinatura por meios eletrónicos, não devolver o contrato no prazo de 3 (três) dias ou, ainda, se o Adjudicatário for um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP e 18.2 do presente programa.

255 No caso referido no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da Entidade Adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

256 Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, por facto que lhe seja imputável, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser reembolsado de todas as despesas e demais

encargos comprovadamente incorridos com a prestação da caução e com a elaboração da proposta.

26. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

28. DADOS PESSOAIS

- 281 Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
- 282 Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
- 283 A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
- 284 A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
- 285 Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico contratacao publica@cimbb.pt ou da Praça Rainha D. Leonor, Edifício dos Emblemas, 1.º piso, 6000 – 117 Castelo Branco.

ANEXO I

**DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO
(DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA SUBMISSÃO DO ATO DE PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**

**ANEXO I.A – DOCUMENTO COMPROVATIVO DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO
DIÁRIO DA REPÚBLICA**

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea c) do n.º 6.1)

_____, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____, (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para “Aquisição de serviços de limpeza e desobstrução de linhas de água nos Municípios de Castelo Branco, Idanha a Nova, Oleiros, Penamacor, Proença a Nova e Vila Velha de Rodão”, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de 20____, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no identificado caderno de encargos, nas condições técnicas indicadas e de prazo, pelo preço total de _____ EUR (valor por extenso) e, consequentemente, pelos preços unitários indicados no Anexo IV (Lista de Preços Unitários), para o Lote _____ (identificar o Lote), para o prazo de vigência inicial de 90 dias.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____(local), _____(data), _____(assinatura)²

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III
LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS
(a que se refere a alínea d) do n.º 6.1)

O Concorrente deverá preencher a lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstas para o presente contrato e quantidades de acordo com o modelo fornecido em formato “excel” e o mapa de quantidades, do Caderno de Encargos.

No caso de divergência entre a lista preenchida pelo Concorrente na plataforma e a lista apresentada e assinada pelo Concorrente na sua proposta em resposta ao modelo apresentado no ANEXO IV, prevalecerá a lista apresentada em resposta ao modelo incluído no presente anexo.

Data _____

Assinatura _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(a que se refere a alínea e) do n.º 6.1)

Empresa)_____, com sede na (morada)_____, contribuinte n.º_____,
representada por (cargo e nome)_____, declara que no âmbito da sua atividade e em
cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- b) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- c) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- d) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- e) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- f) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- g) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- h) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- i) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a CIMBB venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- j) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- k) Informar a CIMBB de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar

serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);

- l) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 20(ano)

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO V

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea f) do n.º 6.1)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para execução do contrato denominado "Aquisição de serviços de limpeza e desobstrução de linhas de água nos Municípios de Castelo Branco, Idanha a Nova, Oleiros, Penamacor, Proença a Nova e Vila Velha de Rodão", Lote ____ e nos termos da alínea f) do n.º 6.1 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em_(indicar a figura jurídica adotada) (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa
representará a associação perante a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, devendo toda a correspondência ser enviada para Praça Rainha D. Leonor, Edifício dos Emblemas, 1.º piso, 6000 – 117 Castelo Branco.

As empresas associadas assumem perante o Dono da Obra responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviços caso seja este o Adjudicatário) (b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa a qualquer alteração na composição da associação.

Data _____

Assinatura _____

(a) No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: "adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____" (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE